

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

3. ORÇAMENTO 2022 E A PEC DOS PRECATÓRIOS

Perto do fim do ano, os riscos em relação ao Orçamento de 2022 e ao teto de gastos aumentaram. Para acomodar as demandas por novos gastos, o maior deles o Auxílio Brasil, o governo aposta suas fichas na aprovação da PEC dos Precatórios (PEC nº 23/2021). A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal. Mesmo que passe, o espaço efetivamente aberto pela PEC ainda dependerá da inflação de 2021 e da revisão das despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 (PLOA 2022). Na projeção mais recente da IFI, durante a execução, haverá espaço para aumento de gastos, entre eles os derivados de emendas parlamentares. Nos próximos parágrafos, analisamos essas e outras questões envolvendo o Orçamento de 2022.

A PEC dos Precatórios geraria um espaço de cerca de R\$ 93,0 bilhões no teto de gastos de 2022. A abertura de espaço fiscal decorre de duas alterações trazidas pela PEC. A primeira é a mudança na correção do teto de gastos. Hoje, ele é corrigido pelo IPCA acumulado em doze meses até junho do ano anterior. Pela proposta, os limites passariam a ser reajustados pelo IPCA acumulado até dezembro do ano anterior. A mudança retroagiria ao exercício de 2018. O resultado seria um limite significativamente maior do que o atual. A diferença exata depende da inflação de dezembro de 2021; até outubro, o IPCA registra alta de 10,7% em doze meses. Na revisão de cenário publicada pela IFI no mês passado¹, nossa estimativa para o IPCA de dezembro, no cenário base, é de 8,7%, o que produziria um espaço de R\$ 47,6 bilhões no teto de gastos.

A Tabela 5 compara as duas hipóteses para o teto em 2022 – regra atual e PEC dos Precatórios – por Poder e órgão autônomo. O limite total, hoje fixado em R\$ 1.610,0 bilhões, passaria a R\$ 1.657,6 bilhões. Dos R\$ 47,6 bilhões liberados pela proposta, R\$ 45,5 bilhões se referem ao Executivo e R\$ 2,1 bilhões aos demais Poderes. Entre estes, o Judiciário levaria a maior parte, R\$ 1,4 bilhão, enquanto Legislativo, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União levariam, respectivamente, R\$ 411,3 milhões, R\$ 216,2 milhões e R\$ 17,9 milhões.

TABELA 5. TETO DE GASTOS DE 2022 POR PODER/ÓRGÃO AUTÔNOMO – PEC DOS PRECATÓRIOS VERSUS REGRA ATUAL (R\$ BILHÕES)

Poder/Órgão	Cenário Base		
	PEC 23/2021	Regra atual	Diferença
Total	1.657,6	1.610,0	47,6
Poder Executivo	1.585,9	1.540,3	45,5
Demais Poderes	71,8	69,7	2,1
Poder Legislativo	14,3	13,9	0,4
Poder Judiciário	49,3	47,9	1,4
Defensoria Pública da União	0,6	0,6	0,0*
Ministério Público da União	7,5	7,3	0,2

Fonte: IFI. *R\$ 17,9 milhões.

A segunda alteração relevante da PEC nº 23/2021 é a criação de um limite de gastos para sentenças judiciais e precatórios. O subteto equivaleria à despesa paga em 2016 corrigida pela regra geral do teto de gastos. A verificação ocorreria já na etapa da elaboração da proposta orçamentária. Na estimativa da IFI, a medida pode gerar R\$ 45,4 bilhões de espaço no teto de 2022.

¹ O RAF de outubro está disponível aqui: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593636/RAF57_OUT2021.pdf.

A criação do subteto para gastos com sentenças judiciais pode aumentar o passivo da União ao longo do tempo.

Para 2022, foram expedidos precatórios no montante de R\$ 89,1 bilhões. Desse total, deverão ser pagos R\$ 43,7 bilhões. A possibilidade de o credor de precatório receber no exercício seguinte com desconto de 40% do valor do crédito deve aumentar esse gasto. Ainda assim, boa parte dos R\$ 89,1 bilhões já expedidos deverá ser postergada para os próximos anos. Caso essa dinâmica se mantenha, ou seja, dívida gerada com precatórios maior do que o pagamento no exercício, o passivo tenderá a crescer consideravelmente com o tempo.

O principal destino para os R\$ 93,0 bilhões liberados pela PEC dos Precatórios é o Auxílio Brasil (Tabela 6).

O programa social foi criado pela Medida Provisória nº 1.061/2021 e substituiu o Bolsa Família. Ele será implementado em duas frentes: uma permanente, com incremento de cerca de 17,8% no valor do benefício médio em relação ao antecessor; e outra temporária, visando garantir um benefício mínimo de R\$ 400,00 ao mês para 17 milhões de famílias até o fim de 2022. O aumento de 17,8% foi garantido pelo Decreto nº 10.851/2021 e se refere ao reajuste do valor dos benefícios do Bolsa Família. Segundo o governo, os valores serão mantidos no novo programa, que começa a ser pago neste mês². O benefício médio do Auxílio Brasil será de R\$ 217,2 e as atuais 14,6 milhões de famílias permanecerão atendidas. O gasto anual ficará em torno de R\$ 38,0 bilhões.

O auxílio temporário, por sua vez, seria um valor complementar, de forma a garantir um valor mínimo de R\$ 400,00 mensais para 17 milhões de famílias. Contudo, sua viabilidade depende da abertura de espaço fiscal pela PEC dos Precatórios. Ele seria pago a partir de dezembro, retroativo a novembro. Na estimativa da IFI, o gasto anual ficaria em torno de R\$ 81,6 bilhões. Como o PLOA 2022 prevê atualmente R\$ 34,7 bilhões para o programa, o impacto fiscal, no ano que vem, seria de R\$ 46,9 bilhões.

Outras despesas devem preencher mais R\$ 21,5 bilhões dos R\$ 93,0 bilhões de espaço aberto no teto:

- a) Prorrogação da desoneração da folha de pagamentos: a medida, válida por mais dois anos, foi anunciada pelo Presidente da República na *live* do dia 11 de novembro³ e, na estimativa da IFI, deve ter um impacto de R\$ 6,0 bilhões em 2022 (além dos R\$ 3,2 bilhões já previstos no PLOA);
- b) Reajuste dos pisos constitucionais de saúde e educação e a despesa com emendas parlamentares impositivas: esses valores estão atrelados à correção do teto de gastos. Caso a PEC nº 23/2021 prospere, eles também passariam a ser reajustados pelo IPCA de dezembro do ano anterior, o que deve gerar um impacto de R\$ 6,4 bilhões⁴;
- c) Auxílio diesel: pago a caminhoneiros para compensar o aumento do preço do diesel. O benefício seria de R\$ 400,00 mensais e beneficiaria 750 mil profissionais até o fim de 2022, com gasto anual próximo a R\$ 3,6 bilhões.
- d) Aumento do Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha): o Congresso ampliaria os R\$ 2,1 bilhões previstos hoje no PLOA 2022 para R\$ 5,0 bilhões, um impacto, portanto, de R\$ 2,9 bilhões;
- e) Auxílio Gás Social: o benefício foi aprovado pela Câmara e aguarda sanção presidencial. No parecer da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a estimativa de impacto é de R\$ 0,6 bilhão no primeiro ano do programa. O projeto aprovado, contudo, permite que o Executivo compatibilize a quantidade de famílias beneficiadas com as dotações orçamentárias existentes para o auxílio, o que pode reduzir a despesa realizada no ano; e

² <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/novembro/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>.

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/presidente-diz-que-governo-vai-prorrogar-desoneracao-da-folha>.

⁴ Cabe ponderar que a verificação do cumprimento dos pisos da saúde e da educação e das despesas com emendas impositivas não se dá no momento do pagamento, como ocorre no teto de gastos. Em outras palavras, é possível cumprir o mínimo constitucional com pagamento abaixo desse valor. Por prudência, optamos por considerar que o reajuste dos pisos derivado da mudança do teto impacta o espaço fiscal pelo seu valor total.

- f) Ampliação do teto dos demais Poderes e órgãos autônomos: como visto, dos R\$ 47,6 bilhões liberados pelo recálculo do teto, R\$ 2,1 bilhões se referem à ampliação dos limites do Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público da União.

A Tabela 6 resume a origem e o destino do espaço gerado pela PEC dos Precatórios, de acordo com nossas projeções para 2022. Do total de R\$ 93,0 bilhões, sobrariam ainda R\$ 24,5 bilhões, que poderão ser usados para ampliação de outras despesas primárias, como reajustes salariais para o Executivo e emendas de relator-geral do Orçamento. Entre os destinos para os R\$ 93,0 bilhões, não incluímos a revisão das projeções com gastos indexados ao INPC, dado que elas já consideram a variação de 9,1% para o índice em 2021.

Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu liminarmente a execução dos gastos derivados de emendas de relator-geral (RP-9) do orçamento do exercício de 2021⁵. A decisão, embora não proíba expressamente, pode inibir o uso desse tipo de emenda em 2022.

TABELA 6. ORIGEM E DESTINO DO ESPAÇO FISCAL ABERTO PELA PEC DOS PRECATÓRIOS (R\$ BILHÕES)

Origem		Destino	
Recálculo do teto de gastos	47,6	Auxílio Brasil	46,9
Limite de gastos com sentenças e precatórios	45,4	Desoneração da folha	6,0
		Gastos com saúde e educação	5,7
		Auxílio diesel (caminhoneiros)	3,6
		Aumento do fundo eleitoral	2,9
		Ampliação teto dos demais Poderes	2,1
		Gasto com emendas impositivas	0,6
		Auxílio Gás Social (PL 1374/2021)	0,6
		Ampliação de outras despesas primárias	24,5
Total	93,0	Total	93,0

Fonte: IFI.

O cálculo feito a partir dos valores do PLOA 2022 levaria a uma conclusão distinta. Caso adotemos as projeções do PLOA, o espaço fiscal para aumento de outras despesas primárias cai para apenas R\$ 1,8 bilhão. Isso ocorre porque as despesas da proposta orçamentária foram feitas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 6,3% para 2021. No cenário base da IFI, publicado em outubro, as projeções já incorporam INPC de 9,1%. Se, por hipótese, esse percentual fosse adotado no PLOA, a IFI estima que as projeções do governo para os gastos indexados ao INPC aumentariam em R\$ 22,7 bilhões, virtualmente acabando com o espaço para inclusão de outros gastos primários no projeto de lei. Na verdade, é como se o governo estivesse, em agosto (data do envio do PLOA ao Congresso Nacional), com um cenário superestimado, dada sua premissa de inflação mais baixa.

Vale lembrar que o efeito do INPC sobre a despesa primária acontece porque os gastos com RGPS (Regime Geral de Previdência Social), BPC (Benefício de Prestação Continuada) e benefícios de proteção ao trabalhador (abono salarial e seguro desemprego) estão indexados, na proposta orçamentária, ao índice que será apurado em dezembro de 2021.

Em resumo, quando se parte das projeções da IFI, a conclusão é que a PEC e os gastos já anunciados podem levar a um efeito líquido de R\$ 24,5 bilhões. Por outro lado, os cálculos feitos a partir do PLOA levariam a uma margem de apenas R\$ 1,8 bilhão. O mais relevante, neste momento, é mostrar como as duas mudanças – PEC e inflação – desembarcam nos números mais prováveis. Por um lado, uma inflação maior em dezembro aumentaria o espaço aberto

⁵ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/adpf-orcamento-secreto.pdf>.

no teto; por outro, exigiria o aumento da previsão de gastos primários, reduzindo a margem para inclusão de novas despesas no Orçamento. Em função de todos esses fatores de incerteza, a IFI poderá, oportunamente, promover mudanças nas suas projeções de despesas obrigatórias e, particularmente, nas indexadas ao INPC/IPCA.

Tabelas fiscais

TABELA 7. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	21,2	21,0	20,9	20,9	20,9	20,9	20,9	20,8	20,8	20,8
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	17,2	17,0	17,0	17,0	16,9	16,9	16,9	16,9	16,9	16,9
Despesa Primária	26,1	19,0	17,9	17,8	17,5	17,0	16,7	16,7	16,8	16,8	16,8
Obrigatórias	24,7	17,5	16,6	16,2	16,0	15,8	15,7	15,8	15,8	15,9	15,9
Benefícios previdenciários	8,9	8,2	8,2	8,0	7,9	7,9	7,8	7,9	8,0	8,1	8,2
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,9	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2	3,2
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,2	2,2	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6
sem Controle de Fluxo	7,0	1,6	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Discricionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,3	1,7	1,5	1,2	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Resultado Primário	-10,0	-1,8	-0,9	-0,9	-0,5	-0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.600,1	9.299,8	9.921,7	10.542,7	11.189,2	11.868,2	12.589,7	13.355,6	14.170,4	15.038,3

TABELA 8. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	21,4	21,2	21,2	21,1	21,1	21,1	21,0	21,0	20,9	20,9
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,1	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	17,3	17,3	17,2	17,2	17,2	17,1	17,1	17,1	17,0	17,0
Despesa Primária	26,1	19,1	17,8	17,6	17,0	16,4	15,9	15,7	15,6	15,4	15,3
Obrigatórias	24,7	17,6	16,5	15,9	15,5	15,2	14,9	14,8	14,7	14,6	14,5
Benefícios previdenciários	8,9	8,3	8,1	7,9	7,7	7,6	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,9	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,3	2,2	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5
sem Controle de Fluxo	7,0	1,6	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	1,9	1,8	1,8	1,7	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Discretionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,3	1,7	1,5	1,2	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8
Resultado Primário	-10,0	-1,7	-0,5	-0,4	0,2	0,8	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.581,1	9.360,5	10.016,9	10.714,7	11.477,5	12.303,4	13.196,8	14.165,1	15.215,4	16.348,2

TABELA 9. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	20,7	20,4	20,4	20,3	20,3	20,2	20,2	20,1	20,1	20,1
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	16,7	16,5	16,5	16,4	16,4	16,3	16,3	16,2	16,2	16,2
Despesa Primária	26,1	18,9	17,9	18,0	17,8	17,5	17,2	17,2	17,4	17,5	17,7
Obrigatórias	24,7	17,4	16,7	16,3	16,2	16,0	16,0	16,2	16,4	16,5	16,7
Benefícios previdenciários	8,9	8,2	8,2	8,2	8,1	8,1	8,1	8,3	8,5	8,7	8,9
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,2	2,2	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8
sem Controle de Fluxo	7,0	1,6	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Discretionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,2	1,7	1,6	1,4	1,2	1,0	1,0	1,0	0,9
Resultado Primário	-10,0	-2,2	-1,4	-1,5	-1,3	-1,1	-0,9	-0,9	-1,1	-1,3	-1,5
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.653,2	9.297,3	9.941,5	10.575,7	11.244,3	11.956,3	12.713,0	13.517,2	14.372,1	15.275,1

Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Projeções			
								2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,41	-4,06	4,91	1,72	2,15	2,18
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.407	7.448	8.600	9.300	9.922	10.543
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	8,74	4,02	3,26	3,17
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,35	5,75	5,57	5,28
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-7,86	3,00	1,51	1,45	1,54
Massa salarial - crescimento (%)	3,98	-1,13	-3,24	1,87	3,04	2,47	-3,63	-2,72	1,72	2,15	2,18
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	8,25	8,50	6,50	6,50
Juros reais <i>ex-ante</i> (% a.a.)	5,93	8,32	6,41	2,82	2,61	0,79	-0,70	4,79	3,66	3,54	3,31
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,44	-0,88	-0,40	-0,54	-0,30
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-1,84	-0,86	-0,87	-0,52
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,96	4,19	5,39	6,33	5,02	4,06
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,79	-13,63	-6,27	-6,73	-5,56	-4,37
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,3	65,5	69,8	73,7	75,3	74,3	88,8	83,3	84,8	85,9	86,1